



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(es/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJÁI – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidá – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de políticas educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCENTE EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): Pierre André Garcia Pires)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): Regina Coeli Machado e Silva)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): Rosane Castilho)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): Silvio Carlos dos Santos).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): Sorinéia Goede).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): Tarcio Leal Pereira).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): Thais Weiller).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): Wanirley Pedrosa Guelfi).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): Camila Itikawa Gimenes).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): Adriana Márcia Prado de Araújo et alii).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): Patrícia Santos Fonseca et alii).

AValiação em larga escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): Rivanda dos Santos Nogueira et alii).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): Cláudio Renato Moraes da Silva).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): Domiciane Araújo Azevedo).

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguai e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina


A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo constitucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES


Tarcio Leal Pereira

Resumo

O presente trabalho foi estruturado a partir de discussões e debates articulados no meio acadêmico universitário em espaços de aula, iniciação a pesquisa científica e formação discente, em nível de graduação. Parte-se da fundamentação teórica oferecida e debatida nestes espaços, onde a questão da formação política e dos processos educativos desenvolvidos em movimentos sociais rurais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), é amplamente discutida. Este esforço de sistematização de ideias é fruto do referido contexto e desenvolve-se no sentido de compilar alguns pontos fundamentais levantados nestes espaços oferecidos pelo meio universitário, objetivando construir algum acúmulo sobre o tema, da perspectiva de um estudante de graduação.

O autor é estudante do 7º período do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Participa de pesquisas de iniciação científica desde o 3º período, aonde desde então vem pesquisando a questão da formação da juventude em movimentos sociais rurais ligados a Via Campesina. Participou da construção do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFRRJ e do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (NEPES Florestan Fernandes) a partir do qual vem se envolvendo desde o ano de 2010 na temática do ensino de Ciências Sociais no ensino básico. Tem como áreas de interesse a Sociologia e a Antropologia Rural, e o Ensino de Ciências Sociais.

Parte-se do propósito de construir uma modesta articulação de ideias extraídas de uma pequena revisão bibliográfica, com o objetivo de estruturar algumas inquietações acerca do significado e da importância da construção de espaços educativos/formativos em movimentos sociais do campo. Neste sentido procura-se compreender o contexto em que a educação popular, estruturada atualmente como um modelo de formação reconhecido por sua aplicação em movimentos sociais do campo, bem como nos demais



movimentos sociais, onde existam sujeitos que demandam por uma maior quantidade de ferramentas intelectuais para articularem suas lutas, se afirmou enquanto tal. A partir disto, de acordo com o que será apresentado na junção de ideias que se seguirá, compreende-se que a Educação Popular, em suas diferentes técnicas, métodos e aplicações, se constitui enquanto ponto fundamental a ser considerado por aqueles que procuram refletir acerca das questões de base dos movimentos sociais do campo. Tomando por questões de base neste caso, alguns dos múltiplos elementos que contribuem para a organização dos sujeitos em torno de pautas e questões comuns, formando o todo de um determinado movimento, dentre eles o que é destacado neste texto, a questão da educação e dos processos formativos.




Introdução

Atualmente, no contexto do capitalismo contemporâneo, vivemos em uma sociedade onde o desenvolvimento é uma questão fundamental, contudo os avanços propostos por este modelo alcançam apenas uma pequena parcela da população. Em nossa América os setores mais pobres continuam vivendo sob a opressão das classes dominantes. Os movimentos sociais populares, neste caso mais especificamente os rurais, vêm reagindo e construindo resistência ao modelo econômico, político e social, apresentado atualmente pelas classes dominantes. Por meio da elaboração de uma política de formação/educação de militantes, estes movimentos possibilitam a construção de um novo campo de reflexão e ação dentro do atual sistema de desenvolvimento, excludente de imensas parcelas da população latino-americana. O modelo educativo/formativo articulado em alguns espaços, oferecidos por movimentos sociais rurais, tal como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), favorece o debate e a reflexão acerca dos padrões de desenvolvimento social e cultural, envolvendo suas distintas áreas, tais como a economia e a política. Deste modo as transformações nos diversos espaços de atuação na sociedade podem ser pensadas sob uma nova perspectiva, a partir das práticas educativas/formativas desempenhadas pelos sujeitos destes movimentos.

Neste trabalho, que se constrói a partir de algumas reflexões desenvolvidas em torno da Educação Popular e de seu percurso histórico no Brasil, pretende-se levantar alguns pontos sobre a sua trajetória e suas possibilidades de diálogo com os movimentos sociais populares, de forma dialogada com o contexto latino-americano. A partir disto busca-se mais especificamente, apontar como a Educação Popular, compreendida por seus conceitos e metodologias, foi sendo constituída, ao longo da sua trajetória de desenvolvimento, enquanto ponto chave para a efetivação de ações educativas/formativas em movimentos sociais rurais, especialmente no Brasil.

A questão da formação e da educação é atualmente muito discutida nos movimentos sociais do campo. Em alguns casos os movimentos possuem coletivos específicos dentro de seu quadro organizativo para tratar da articulação e organização de ações formativas\educativas para os militantes em todo o país. Em busca da criação de um padrão particular para manter e reconstruir sua cultura e seus saberes acumulados, importantes setores de populações camponesas em todo o mundo se articularam em




torno de ideais comuns, buscando também estabelecer uma nova perspectiva de vida e desenvolvimento, que seja diversa do modelo defendido pelos setores hegemônicos das grandes cidades e empresas.

Nesta busca por vivenciar modos de vida e produção próprios, uma parcela do campesinato brasileiro organizado na Via Campesina Brasil, se esforça no sentido de garantir sua autonomia, social cultural e produtiva frente ao modelo hegemônico apresentado. A possibilidade de agregar novas tecnologias ao modo produtivo da família do campo é fundamental para assegurar sua manutenção e subsistência em um mundo voltado para a produção de alimentos. Isto, porém deve ser feito respeitando a diversidade de sua constituição e distribuição territorial, visto que o campesinato se apresenta de modo bastante diverso em suas realidades sociais, culturais e produtivas.

Conforme apresentado na dissertação de mestrado de Eduardo Tadeu Pereira (1999), a noção de formação política e dos processos educativos desenvolvidos em movimentos sociais pode ser apresentada enquanto uma prática sistemática desenvolvida por um conjunto de atores engajados em torno de um projeto comum, onde de maneira intencional desenvolvem-se ações formativas\educativas que visam a ampliação das visões de mundo por parte dos educandos, aperfeiçoando assim seu potencial crítico e reflexivo para a atuação em uma determinada frente de luta. Este trabalho de formação não se desenvolve ou encerra apenas com o espaço de aulas, mas se aplica em todo o cotidiano de vida e militância do educando. Neste sentido pode-se conceber que diferentemente do ensino formal este processo pedagógico não conta com apenas um espaço privilegiado de aprendizado, mas sim é desenvolvido também de acordo com a realidade e a vivência dos sujeitos. Assim:

A Educação Popular, em um sentido freireano, queria ser uma contribuição específica à mudança social revolucionária, aquela que poderia potencializar um novo tipo de educação que formasse sujeitos individuais e coletivos e que apostasse no protagonismo desses sujeitos como uma condição para o desenvolvimento de sua própria historicidade. (Garcés D., 2006, p. 88)

A partir do desenvolvido por Mário Garcés D. pode-se perceber o potencial transformador a que se propõe o modelo pedagógico do que chamamos atualmente de Educação Popular, modelo este fortemente mencionado quando tratamos do fazer educativo/formativo em movimentos sociais rurais.




Carlos Rodrigues Brandão (2008) constrói um panorama sobre os locais sociais e geográficos nos quais se situam diferentes bases e perspectivas acerca do que é fazer educação popular. Desta forma ele apresenta alguns modelos onde podem ser mais bem compreendidos os diferentes modos de desenvolvimento e reflexão acerca do fazer educação popular, seu papel e função no mundo moderno. Assim o autor estabelece um pequeno panorama que favorece a compreensão do que é a educação popular em suas diferentes perspectivas e possibilidades. A educação popular aparece na década de trinta no Brasil e na América Latina como uma forma de reaver o tempo escolar perdido por sujeitos adultos das camadas mais pobres. Neste sentido a prática educativa possuía um caráter de redenção dos sujeitos educados, no sentido de favorecer o ajustamento do sujeito a realidade social dada, pretendendo que ele fosse mais ajustado e “socialmente correto”. Este modelo visava à mudança da realidade social, contudo havia a noção de que a solução de todos os problemas e mazelas sofridas pelos pobres se daria pelo acesso a “sala de aula”. A partir disto os sujeitos teriam a possibilidade de se retirar das margens da sociedade.

Esta noção que atualmente podemos chamar de ultrapassada e retrógrada foi uma das bases para o início das reflexões e ações no sentido de transformação social e de protagonismo dos excluídos por via de ações educativas/formativas. As noções de desenvolvimento, progresso, ascensão e exclusão são hoje inclusive amplamente trabalhadas e problematizadas ao pensar-se em educação popular e seus métodos e objetivos. A ação e intervenção dos sujeitos dos movimentos sociais foram fundamentais para o aperfeiçoamento das práticas de educação popular, no sentido em que ela se tornou um efetivo instrumento para a transformação da realidade objetiva de grupos específicos e da sociedade como um todo. As contribuições das teorias marxistas foram igualmente relevantes para que efetivamente a educação popular se tornasse um instrumento para os grupos subalternizados e excluídos pelo atual modelo capitalista.

Reflexões acerca da Educação Popular no Brasil: bases e perspectivas

Construindo uma reflexão a partir das ideias desenvolvidas por Carlos Rodrigues Brandão (Brandão, 2008, pg.107-135) procura-se pensar sobre o local onde se situam as diferentes bases e perspectivas acerca do que é fazer educação popular. Assim como também é tratado do que poderia e ainda pode ser entendido como tal, de modo a favorecer a compreensão do que foi e do que atualmente pode ser compreendido como




educação popular, em seus diferentes aspectos e possibilidades. A abordagem do autor se inicia a partir do ponto em que a educação popular articula-se na década de trinta no Brasil e na América latina como uma forma de reaver o tempo escolar perdido por sujeitos adultos das camadas mais pobres e subalternizadas pelo poder público. Dentro deste contexto a prática educativa possuía um caráter de redenção dos sujeitos educados, na acepção de favorecer o ajustamento do sujeito a realidade social dada, onde este sujeito fosse mais ajustado e “socialmente correto”, de acordo com o padrão hegemônico vigente.

Os sujeitos teriam a possibilidade de se retirar das margens da sociedade desde que tivessem acesso ao letramento, dentro dos padrões já convencionados pelo ensino escolar formal. Posteriormente, surgiram programas de educação popular vinculados de algum modo a projetos de “Desenvolvimento de Comunidades”. (Brandão, 2008, pg.108)

Conforme o apontado por Brandão, os chamados projetos de desenvolvimento de comunidades constituíam-se com um foco que descentraliza em certo sentido a noção do sujeito e passa a ideia de grupo, de forma mais abrangente. As atitudes além da formação individual e profissional, para o mundo do trabalho eram construídas em torno de um projeto de auto formação e transformação no interior dos grupos tomados como “problemáticos”, onde havia de acordo com governos e institutos de assistência a necessidade de aplicar medidas educativas, visando solucionar os problemas. Isto sendo feito sem pretensões de transformar as estruturas sociais maiores, onde se apresentam a base de muitos dos problemas e dificuldades encarados.

A construção de uma ideia sobre o que é educação popular, baseada simplesmente em um conjunto de ideais sempre iguais, que apenas se diferenciam pelo método apresenta-se como bastante problemática. O enquadramento dos sujeitos em um determinado conjunto de regras e práticas, neste caso especificamente os ideais das classes dominantes, por meio da educação não é um objetivo possível em um projeto de transformação da realidade social. Existem alguns grupos que possuem o protagonismo nas ações de educação popular, no que diz respeito a uma mudança de paradigma. Isso se deu a partir de iniciativas que se formaram e constituíram a partir da crítica aos antigos modelos de construção da educação popular. Que possuía um viés tutelador, construído a partir das demandas e objetivos dos grupos dominantes da sociedade.


Em todas as sociedades é a educação um dos mais efetivos instrumentos de controle social. Os conteúdos de efeito socializador em geral conduzem mensagens que legitimam uma ordem social vigente. (Brandão, 2008, pg.109)



A educação é uma prática política, onde os sujeitos são formados em vias e objetivos estabelecidos pelos grupos que regem esta prática. Ela é uma prática de construção ideológica onde os sujeitos podem ser formados para agir de diferentes maneiras frente a uma realidade social estabelecida. Para além do fornecimento de ideias e conhecimentos instrumentais fundamentais para a vida cotidiana e particular de cada sujeito, aquela que favorece suas ações básicas auto sustento e manutenção, o processo educativo forma para a inserção em uma sociedade. Partindo disso, diferentes noções ou concepções podem ser articuladas ou levantadas. A educação se coloca para preparar um determinado grupo de sujeitos para se enquadrar de uma determinada forma em um determinado contexto social. A instituição escolar, bem como seus similares, é fundamental no processo de socialização dos sujeitos.

No que diz respeito a classificação de uma determinada iniciativa seguindo o esquema que venho adotando de acordo com o exposto por Brandão (Brandão, 2008, pg.107-135), existem perspectivas diferentes para se avaliar um projeto de educação popular. Uma delas parte de uma matriz mais voltada para a forma tradicional, e “burocrática” de avaliação de programas de educação popular, onde se observam majoritariamente questões que estão muito próximas daquelas utilizadas nos programas de educação formal. Outro modelo possível de avaliação de um programa educativo popular parte de uma noção onde se concebem as questões relativas ao potencial do programa para atender demandas e questões do público alvo, no sentido de um processo mais autônomo e crítico.

Em um primeiro momento o autor diferencia dois modelos de educação popular, chamados de formas primitivas e formas atuais de construção da educação popular. As formas primitivas são aqueles projetos que transmitiam aos estudantes adultos os mesmos conteúdos, sob as mesmas formas, que eram transmitidos aos adolescentes na escola formal. Os atuais buscam alcançar outro padrão de educação, onde são trabalhadas questões maiores, referentes ao papel do processo educativo e o papel do educando para a/na prática social, levando em conta os processos que podem ser desencadeados no indivíduo, mas também em toda a sociedade. Dentro das formas atuais de se pensar e construir processos de educação popular ainda existem diferenças, onde alguns dos modelos permanecem com bases no padrão estrangeiro, originário da matriz francesa e anglo-saxônica . Outros se colocam com um caráter mais voltado para as demandas populares específicas de contextos situados no Brasil.




Na década de 40 a educação fundamental começa a se construir no Brasil a partir das ideias de desenvolvimento pessoal, comunitário, e também para o ingresso no mercado de trabalho. As formas de educação fundamental se constroem primariamente como um modo de instrumentalização da leitura e escrita, de acordo com as formulações e objetivos dos governantes e de seus interesses. Ainda que possibilitando uma maior capacidade de articulação e apresentação de demandas dos mais pobres por parte deles mesmos, esse modelo educativo não possuía este objetivo. (Brandão, 2008, pg.114-116),

Somente quando começa a interessar aos governantes um nível mais estrito de organização popular que, inclusive, se oponha a formas mais contestatórias da ordem vigente (como as organizações de classe), é que a Educação Fundamental aparece associada a programas nacionais ou regionais de “Desenvolvimento de Comunidades”. (Brandão, 2008, pg.116)

O modelo de desenvolvimento de comunidades em sua base não favorece a transformação de modos de vida. Ele apresenta-se como uma forma de inserção e/ou manutenção de padrões econômicos e sociais. Isto é feito/instrumentalizado a partir da ação e da prática desenvolvida. Neste caso o estado, ou alguma instituição de promoção social, bem como instituições religiosas, se unem para fomentar e estimular práticas que gerem mudanças pontuais na forma como uma determinada comunidade se apresenta, tais como vestimenta, habitação, saúde, associações de trabalho, comércio e produção. A mudança promovida por estas ações educacionais se dirige a uma mudança tópica e pontual de algumas das questões e dificuldades enfrentadas por um dado grupo social, elas não objetivam uma mudança na estrutura social ou nas relações sociais e produtivas em um contexto maior.

Os padrões e modelos de construção, as práticas e concepções acerca do fazer educação popular apresentam-se na história como uma realidade dinâmica e integrada no decorrer do tempo. Os padrões poderiam ao mesmo tempo apresentar-se como integrados e dependentes uns dos outros, e não de forma estática. As transformações se desenvolveram a partir das lutas dos sujeitos do processo educativo, bem como de demandas que foram por eles levantadas, de acordo com o contexto maior em que estavam inseridos, no plano cultural, econômico e político.

Portanto uma Educação Popular deve partir dos projetos populares de atualização social e não dos projetos derivados dos interesses de outros grupos sociais. Deve começar pelo próprio conjunto de valores e conhecimentos populares. Deve instrumentalizá-los com os valores e conhecimentos de crítica e de organização. (Brandão, 2008, pg.132)



A ideia da promoção de uma educação de base vai além de um modelo de doutrinação ou formação de lideranças comunitárias que se bastam, e que promovem ações de assistência que ficam por si sós. Conceber a construção de uma prática com o fundamental da educação, que represente um projeto de educação de base (para as populações e com as populações, pelas próprias populações), se estabelece não só no sentido de pequenas mudanças, ou de construção de ideias sobre algo totalmente estabelecido. A noção de formação de sujeitos plenos e conscientes de sua capacidade de agência e transformação na estrutura social é uma característica marcante para a compreensão de um modelo de educação popular.

Um sujeito que seja consciente de sua realidade, do seu meio e dos contextos e processos em que está inserido. A partir daí ele poderá, de acordo com as ferramentas mais adequadas, reconstruir de modo mais reflexivo e sistemático sua noção e percepção de sujeito (coletivo e individual), enquanto ator da história e dos processos sociais. Construindo sua prática de modo diverso das noções de progresso e justiça difundidas por experiências educativas/doutrinadoras anteriores. A agência das classes populares é um fator de grande relevância na construção de projetos e programas de base social. As transformações não podem ser dadas de cima para baixo, mas sim devem advir de onde e para onde elas serão destinadas. A ação emerge dos sujeitos conscientes e organizados.

A mudança marcante acontece na mudança da perspectiva puramente espacial para uma concepção histórica dos processos. A transformação deve ocorrer no rumo onde a história é delineada. Neste ínterim deve haver a transmutação de uma educação fundamental para o povo em uma educação do povo. É ele, o povo, que possui um instrumental próprio para a compreensão de sua realidade social, no qual é possível discernir suas formas específicas de definição da vida moral, cultural e política, assim como os modos de se compreender e sua relação com a sociedade como um todo. Partindo dos valores e questões populares pode-se instrumentalizar meios de luta, mobilização e articulação política a partir de um projeto popular.

A educação e os projetos desenvolvidos autonomamente no interior dos movimentos sociais são reconhecidos como um bom exemplo de como a prática de construção de conhecimentos e transmissão de saberes entre jovens e adultos pode atender as demandas reais ou fundamentais de um determinado grupo.




O processo educativo/formativo no MAB: o caso do Curso de Energia

Entre os anos de 2010 e 2012 foram realizados no campus Fundão da Universidade Federal do Rio de Janeiro os módulos presenciais do Curso de Extensão\Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo. Estiveram presentes militantes de diversas organizações e movimentos sociais do Brasil e de outros países que integram a Via Campesina e a CLOC, constituindo um grupo de estudantes pertencentes a diferentes faixas etárias e níveis de escolarização. Este curso tem como um de seus objetivos a preparação destes militantes para que possam atuar em suas bases locais e regionais, enquanto agentes dotados de recursos e conhecimentos adquiridos e um ambiente universitário e de militância, como defensores da causa e das questões das populações e grupos aos quais pertencem. De acordo com os organizadores e idealizadores do curso os estudantes são capacitados para atuar nas áreas relacionadas à questão da energia e suas relações como o meio ambiente e a sociedade no capitalismo contemporâneo, de forma a trazer novos conhecimentos para a sociedade e os movimentos sociais, além de aprofundar e aperfeiçoar os saberes já existentes.

Para compreender melhor este contexto é necessária a construção de um apanhado histórico e conceitual, que pode ser iniciado a partir do período em que esteve vigente o regime militar, no qual foram iniciados no Brasil grandes projetos para a construção de barragens. Um grande problema durante este período era a falta de informações por parte dos moradores de regiões que seriam alagadas com a construção das usinas hidroelétricas. Esta desinformação possibilitava que, a partir de ações estratégicas feitas por parte dos executores do projeto, os futuros atingidos fossem retirados de suas terras sem o devido ressarcimento, ou mesmo sem o devido conhecimento do motivo de sua remoção. Em parte graças à falta de informação e articulação dos moradores, os executores do projeto se instalavam na região de forma arbitrária, muitas vezes ignorando completamente as populações ali existentes.

Os responsáveis pela implantação do projeto agiam visando basicamente a construção das usinas e a desocupação das áreas alagadas independentemente dos indivíduos que vissem a habitar o território. Através de grandes negociações os responsáveis pela construção destes grandes projetos conseguiam a liberação oficial de uma área, mesmo que nesta habitassem centenas de famílias.




Eram utilizadas estratégias de negociação individual, onde sem contato com outros moradores, estes indivíduos aceitavam propostas que se tomadas em longo prazo poderiam não sortir efeitos positivos para com as condições de vida destes sujeitos. Em muitos casos eram despejados de suas casas pela própria água da inundação, e não podiam contar com nenhuma espécie de apoio ou infra estrutura que pudesse permitir um novo recomeço.

No curso acompanhado é utilizada a da pedagogia da alternância, onde os estudantes são colocados a praticar e desenvolver novos procedimentos de ensino e aprendizagem. Estes procedimentos se dão no sentido de buscar uma maior participação e integração dos estudantes através do esforço de mobilização de conhecimentos e experiências já possuídos pelos educandos, onde a partir disto se desenvolve um esquema de trocas, em que alunos e professores possam interagir de maneira diversa, de forma a trocar informações práticas e teóricas.

O uso desta pedagogia busca aproximar os conhecimentos que são transmitidos no curso as demandas específicas dos movimentos e as suas questões cotidianas. Isto se constrói de maneira produtiva graças também ao processo dialético que se constrói a partir do movimento de ida e volta dos estudantes, onde se estabelece grande contato entre saber prático e teoria, ou seja, entre o “tempo escola” e o “tempo comunidade”. Teoricamente estes tempos podem indicar as representações ideais dos momentos de mobilização de cada tipo de conhecimento, onde na escola se trabalha com a teoria e na comunidade se trabalha com a prática.

Esta pedagogia visa a partir das diferentes fases do curso, composto de etapas presenciais, com a formação de sistemática de uma turma para assistir as aulas expositivas, chamada “tempo escola” e etapas à distância, sem a necessidade de seguir a organização anteriormente citada, chamadas “tempo comunidade”, construir uma maior relação entre o saber teórico e a atividade cotidiana. Com isto o estudante pode perceber e aplicar as questões com as quais teve contato no tempo escola. O uso desta pedagogia foi uma das formas encontrada pelos movimentos da Via Campesina e pelo MAB para que as populações rurais pudessem construir um saber formal reconhecido academicamente sem ter a necessidade de se distanciar de sua realidade e de suas tarefas cotidianas por longos períodos.

De acordo com a concepção dos integrantes da Via Campesina Brasil, a formação política é construída não apenas de acordo com os conhecimentos passados em uma




determinada turma ou espaço únicos, ela é constituída por inúmeros espaços onde o militante tem atuação e recebe informações, a partir de sua rotina de lutas e estudos. Esta formação diferentemente das outras formas de educação, se constrói em cada dia e em cada momento de luta e atuação dos indivíduos dentro de diversos espaços, sejam eles dentro ou fora de sua organização, tais como reuniões, e demais espaços que envolvam debates e outros tipos de ações coletivas, e não se limita aos espaços de formação. O momento de exposição teórica, em espaços específicos para isto constitui apenas uma dentre outras fases tão importantes para o processo formativo. Os cursos auxiliam os sujeitos, em conjunto com outras formas cotidianas de aprendizagem e debate, na construção de seu saber e de sua atuação nos diversos espaços da sociedade.

No Brasil os movimentos sociais rurais partem de uma base ideológica que se constitui a partir de realidades bastante próximas. Mesmo que atuem com as diferentes bandeiras e denominações em áreas distintas, a base da questão geradora dos conflitos e dificuldades enfrentados pelos trabalhadores do campo e pelas populações rurais em sentido lato é basicamente a mesma. A concentração de terras e a implementação de grandes projetos no interior do país, sem as devidas ações para que não sejam afetadas famílias camponesas e populações tradicionais, constitui um dos fatores fundamentais de aproximação social e muitas vezes ideológica de diferentes organizações e indivíduos. Muitas organizações partilham também de similaridades ideológicas e políticas. Isto não somente graças à similaridade no tocante as questões sociais e econômicas, mas também devido a questões e fatores históricos muitas vezes próximos, presentes em cada contexto.

Existe um grande esforço de transformação da consciência, no sentido utilizado por marxistas do século XX, dentro dos espaços e momentos de formação dos movimentos sociais. Há uma grande movimentação nestes espaços por parte de membros das classes médias e intelectualizadas no sentido de fomentar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de uma mentalidade combativa e revolucionária através dos saberes científicos formais.

Estes saberes são transmitidos para os militantes através de pedagogias que buscam a integração entre educador e educando, e também entre sujeitos atuantes em movimentos populares e demais membros da sociedade. Isto se constitui no sentido de realizar um esforço de aproximação entre, os saberes científicos produzidos em centros de pesquisa e universidades, e os demais setores populares da sociedade que historicamente apresentam um distanciamento destas formas de saber. Um autor




referencial que trata da questão das possibilidades de aproximação e integração das diferentes formas do saber é Paulo Freire. As metodologias desenvolvidas e estudadas por ele tais como as pedagogias da alternância e da autonomia são amplamente utilizadas como métodos de formação e educação popular.

As ações da Igreja Católica e de seus setores mais progressistas, representados em grande medida pelos adeptos a teologia da libertação possibilitaram uma nova perspectiva a partir do papel das camadas populares. Desta ideologia e também com a influência de outras experiências de resignificação das camadas populares feitas em outros países, a Igreja e os setores ligados a ela tiveram papel fundamental no desenvolvimento de novas formas e possibilidades de organização e formação nas camadas populares de uma maneira geral guiando-se em defesa da pessoa humana e contra as desigualdades sociais, se baseando fortemente nas teorias do pensamento marxista. Sob a perspectiva deste movimento da Igreja Católica os pobres - indivíduos que carecem mais que outras camadas do auxílio e da dedicação dos fieis - deixam de assumir um papel subalterno para se tornarem os protagonistas.

Os métodos de educação e formação utilizados pela Igreja por meio de seus setores atuantes nas camadas populares são utilizados amplamente até hoje para a formação de quadros atuantes nas bases. Estes métodos de formação utilizados auxiliaram também na difusão do pensamento e das filosofias marxistas nos alicerces dos movimentos sociais e de seus processos formativos.

Após este longo período de atuação massiva de setores religiosos em movimentos sociais e seus processos de educação e formação, houve após o fim dos governos militares, com a reabertura do processo democrático, a divisão deste espaço com outros setores da sociedade que tiveram sua atuação limitada durante o regime militar. Começaram a ter início experiências de centros de formação e educação popular ligados a sindicatos, organizações não governamentais, partidos políticos, setores da Igreja e suas pastorais. Neste período houve também uma grande retomada das ações e mobilizações dos movimentos urbanos e de estudantes.

Em um primeiro momento houve um esforço de aproximação entre as diferentes instituições no sentido de um esforço que levasse a união de metodologias e recursos formativos. Contudo este projeto ideal de congregação dos ideais marxistas, com os pensamentos e processos elaborados por Paulo Freire, unidos a experiência das instituições ligadas a Igreja não se construiu de acordo com a forma e a coesão




idealizada. Isto devido à ampliação das organizações e a divergências de interesses e posicionamentos. A partir disso cada organização utiliza um determinado método em que prioriza determinados pontos em relação a outros grupos que fazem uso de outras prioridades e metodologias de educação, formação e atuação, visto que suas maneiras de lidar com o processo de formação se construíam de formas distintas.

Na concepção dos integrantes da Via Campesina a educação e a formação são pontos fundamentais na vida do militante. A partir desta noção de educação enquanto uma ferramenta indispensável para o cotidiano e as atividades de luta e de conquista por direitos, os movimentos sociais tem investido grandes esforços nos últimos anos para a construção e elaboração de projetos de educação e formação de seus quadros.

Um exemplo norteador no país é o projeto do MST. Desde 1999 com o desenvolvimento de um centro de formação, este movimento tem se destacado como grande expoente no tocante aos demais projetos de educação e formação em movimentos sociais rurais. Em 2005 é aberta a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Este espaço físico localizado em Guararema\SP, constitui a consolidação de um grande projeto educativo que abrange os demais movimentos da Via Campesina.

Embora não possam não possuir espaço físico, outros movimentos sociais também construíram e ainda constroem seus centros e escolas de formação. A partir de parcerias com outras instituições públicas ou privadas, estes movimentos, entre eles o MAB, se articulam para que seus integrantes também possam ter acesso a educação e a formação adequadas a sua realidade. Os espaços embora não possuam um ambiente específico, constituem verdadeiras escolas de formação nestes movimentos.

É tarefa do coletivo de educação articular e organizar desde sua idealização até a finalização das turmas os processos educativos e formativos. O MAB conta com um setor de educação bastante desenvolvido e articulado nacionalmente. São oferecidos aos militantes e as lideranças locais de todo o país cursos de mais variados tipos dependendo das demandas em nível local e nacional, indo desde a educação básica a cursos de especialização. Estes cursos são oferecidos, tanto por meio de parcerias com outras instituições, quanto pelos próprios integrantes do movimento, membros das coordenações gerais e do setor de educação, sendo eles detentores de maior experiência de lutas ou mais capacitados em conhecimentos escolares para atuar como formadores. Existe também a possibilidade de em grupos menores, membros mais antigos atuarem nos primeiros momentos de formação dos novos militantes que estão se aproximando do




movimento. A formação de sujeitos formadores se dá a partir de parcerias estabelecidas entre o MAB e outras instituições como, universidades, centros de formação popular, e a própria ENFF.

Existe dentro da Via Campesina e dos movimentos que a integram um grande interesse em estabelecer contatos e parcerias com companheiros e organizações de outros países. Estes espaços de formação são constantemente freqüentados por integrantes estrangeiros, membros de outras organizações componentes da Via Campesina Internacional. Estes participantes oriundos de outros países também possuem grande interesse em participar destes percursos formativos oferecidos pelos movimentos brasileiros. Ocorre nestes espaços um ambiente muito favorável a troca de experiências e saberes acumulados ao longo da trajetória de militância de cada indivíduo. Isto sem levar em consideração o nível de excelência acadêmica dos professores que ministram aulas ou conferências nestes espaços, o que constitui também um espaço de intensa interação e diálogo entre os saberes dos movimentos e da academia. Esta interação, porém não se constrói de maneira ideal, havendo em muitos momentos divergências entre os membros dos movimentos e da Academia quanto a seus posicionamentos práticos e ideológicos. Neste sentido abrem-se novas possibilidades para que se formem novas alianças e contatos entre o MAB e demais órgãos e espaços internacionais. Este movimento inclusive possui um longo percurso de participação em espaços de discussão internacionais, as quais o MAB freqüentemente envia representação.


O Curso de Extensão\Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo passa, a partir da formatura da primeira turma, a se afirmar como um espaço formativo de relevância considerável para o MAB, mas também representa uma grande experiência para os demais movimentos sociais do Brasil e de outros países componentes da Via Campesina Internacional. Ele representa um grande avanço no sentido da construção de um espaço formativo amplo e diverso em suas possibilidades e em seus participantes. Houve a integração de participantes de diferentes organizações, nacionalidades, idades e orientações. Com o início da segunda turma todos os indivíduos estiveram reunidos por um período de mais de dez dias de intensas articulações e debates em um espaço aberto para o debate e o aprendizado que também possibilitou o surgimento de novas discussões a partir das divergências e conflitos passíveis de ocorrerem neste espaço.

No primeiro módulo presencial da segunda turma do Curso de Extensão\Especialização pude perceber a importância deste espaço para os jovens que



ali se encontravam. Oriundos de distintas partes do mundo, um deles vindo do continente africano outros do Brasil e América Latina, estes jovens puderam participar de um espaço muito diversificado, onde tiveram contato com indivíduos de outras idades e níveis de conhecimento e experiência. Havia inclusive entre os jovens algumas diferenças quanto a trajetória de militância e a formação acadêmica, havendo alguns deles cursando a universidade e outros deles já formados. Devido ao grande número de diversidades existentes no contexto do curso, no sentido de seus conceitos teóricos, da pluralidade de indivíduos de diferentes organizações, faixas etárias e nacionalidades diferentes, acredito que este espaço seja de importância fundamental para a atuação de jovens enquanto membros responsáveis e atuantes dentro de organizações e movimentos sociais. É fornecida a partir desta experiência adquirida no curso uma nova possibilidade de leitura da realidade por parte destes jovens, no sentido da tomada de uma nova perspectiva de análise de sua realidade e também da realidade de seu movimento. Isto sem deixar de levar em conta as questões tradicionais trazidas por estes jovens, dado que embora muito válido e produtivo sob o meu ponto de vista, o tempo escola constitui apenas uma pequena fase da longa jornada que é o processo formativo da juventude engajada em movimentos sociais.

O primeiro módulo presencial da segunda turma do Curso de Extensão\Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo é integrado por quatro etapas presenciais, realizadas no espaço físico da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Isto é possível graças ao fato de os módulos presenciais serem oferecidos fora do período letivo da universidade. A construção deste espaço se dá a partir do apoio institucional e financeiro do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e, na UFRJ, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Pró-Reitoria de Extensão (PR5) e da Escola de Educação Física e Desportos (EFFD), além de contar com o apoio financeiro de outras entidades. No total o curso é composto por quatro etapas presenciais, onde cada uma destas se desenvolve no período de duas semanas. A primeira etapa foi realizada em julho de 2010, a segunda será realizada em janeiro de 2011, a terceira em julho de 2011 e a quarta em janeiro de 2012. Pelo fato de ser compreendido por um percurso formativo contínuo de dois anos o curso é oferecido em regime de alternância. Este regime pedagógico é utilizado de forma vasta em outros cursos e experiências de formação para movimentos sociais.



Seu regime acadêmico é composto por quatro eixos temáticos transversais em que cada um destes é integrado por quatro disciplinas, conforme listado abaixo..

Eixo Temático 1: Elementos de Economia Política

- 1.1. Princípios básicos da economia política*
- 1.2. Imperialismo e outras teorias sobre o capitalismo mundial*
- 1.3. Social democracia e o “Estado de Bem-estar”*
- 1.4. Globalização, neoliberalismo e o Estado contemporâneo*

Eixo Temático 2: Economia Política do Meio Ambiente

- 2.1. Sociedade e natureza*
- 2.2. Tecnologia e natureza nas relações sociais*
- 2.3. A produção capitalista da natureza e da escassez*
- 2.4. Movimentos populares e justiça ambiental*

Eixo Temático 3: Economia Política da Energia


- 3.1. O que é energia?*
- 3.2. História da energia*
- 3.3. Energia e Setor Elétrico no Brasil*
- 3.4. O Setor Elétrico hoje – modelo e alternativas*

Eixo Temático 4: Estado e Classes Sociais

- 4.1. Estado e classes na sociedade moderna*
- 4.2. Estado e Revoluções I*
- 4.3. Estado e Revoluções II*
- 4.4. Estado e classes na sociedade contemporânea*

Em cada uma das quatro etapas semestrais, de duas semanas cada uma, que compõem os períodos do tempo escola são ministradas quatro disciplinas, uma de cada um dos eixos temáticos. As disciplinas têm uma carga horária de dezesseis horas cada uma, onde por dia são destinadas oito horas de atividades em sala de aula. No período da noite o espaço é dedicado a execução de atividades curriculares complementares, que são compostas por estudos dirigidos, projeção de filmes, debates e outros tipo de atividades pedagógicas e de apoio.

Este modelo compartimentado em etapas e eixos temáticos se constitui desta forma visando atender as demandas e necessidades de cada estudante, já que estes são em grande parte vindos de regiões rurais e se encontram integrados em suas lógicas de




trabalho e produção, que sem dúvida diferem amplamente das lógicas dos centros urbanos. Devido a esta situação concreta estes indivíduos não podem se afastar de suas residências e de suas ocupações cotidianas por períodos maiores. Cada uma das etapas do curso tem como objetivo constituir a oferta de uma das disciplinas de cada eixo e também promover a relação e o diálogo entre elas, de forma que com o passar de cada etapa os eixos possam ser fundamentados de acordo com os aspectos teórico-conceitual, histórico e político respectivamente. Desta forma integra-se a carga horária de 384 horas de curso, com 256 horas de aula, e 128 horas de atividades curriculares complementares.

O curso de extensão/especialização é oferecido a aproximadamente cinquenta estudantes, onde uma metade é composta por integrantes do MAB e outra por militantes de outros movimentos, tais como sindicatos de trabalhadores do setor elétrico, Movimento de Pequenos Agricultores, Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, setores e pastorais ligados a Igreja, entre outros. Para estes militantes que são portadores de diploma de nível universitário é oferecido após a apresentação e a aprovação de um trabalho final, o diploma de especialização e aos demais o certificado de curso de extensão.

A construção elaboração do curso foi feita buscando um profundo e integrado diálogo entre a coordenação do curso na universidade (ATEMAB/ETERN/IPPUR/UFRJ) e a coordenação do curso nos movimentos sociais (MAB). Isto foi feito a partir da construção e elaboração coletiva de todas as diferentes atividades, conteúdos, cronogramas e processos avaliativos.

A partir deste texto, elaborado de acordo com as bibliografias analisadas e com as reuniões de pesquisa realizadas no período de vigência desta bolsa, foi possível estabelecer de forma bastante sucinta uma pequena parte das questões relacionadas ao processo de desenvolvimento deste curso, analisado durante minhas atividades prática de campo, de forma a possibilitar uma maior compreensão acerca de seu processo de construção e institucionalização enquanto importante espaço de formação de jovens e demais militantes membros de movimentos da Via Campesina e da CLOC. Este espaço se dá como um ponto estimulador de impulsos para a construção de procedimentos para a afirmação e a consolidação de setores da juventude e demais grupos, enquanto participantes e líderes atuantes em suas organizações e movimentos sociais em nível nacional e internacional.

Conclusão



Com este pequeno texto busca-se apresentar um pouco da trajetória de desenvolvimento da educação popular no Brasil. A partir disto é feita uma pequena apresentação do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, onde pode ser apreciada uma das formas a partir da qual se elaboram processos formativos em movimentos sociais rurais no Brasil. Esta experiência assim como outras, desenvolvidas pelo MAB pode ser compreendida como um dos possíveis desdobramentos das diversas metodologias onde é possível construir processos educativos/formativos a partir das experiências e acúmulos trazidos por sujeitos de diferentes regiões, pertencentes à realidade camponesa.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (2008) “Da Educação Fundamental ao Fundamental na Educação”. In: REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 2, n. 2, p. 1-161.

CARTER, Miguel.(org.). (2010) *Combatendo a desigualdade social - O MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, Centre for Brazilian Studies, Universidade de Oxford, NEAD, MDA.

GARCÉS D., Mário (2006) “Educação Popular e Movimentos Sociais”. In: Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas / Pedro Pontual, Timothy Ireland (organizadores). – Brasília : Ministério da Educação : UNESCO.

PEREIRA, Eduardo Tadeu (1999) “Educação e Formação Política: um estudo histórico-analítico e institucional da Fundação Nativo da Natividade”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação

REIS, M. J. (2007) *O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas*. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis.

VAINER, C. B. e VIEIRA, F. B. (2010) *From the Valleys to Global Forums: Learning for Action in MAB*. In: Workshop "Citizen Learning for Global Democracy".



VAINER, C.B. (2001) *Building Transnational Civil Society: notes from the periphery* - Discussion Paper for the Conference Building Transnational Civil Society. Harvard University.

